

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	33

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	72
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	147.368
Preferenciais	0
Total	147.368
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	713.677	799.314	769.016
1.01	Ativo Circulante	56.283	148.876	129.712
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.562	122.682	107.688
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.562	122.682	107.688
1.01.02	Aplicações Financeiras	13.935	13.115	13.825
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.935	13.115	13.825
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	6.227	6.982	6.408
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	7.708	6.133	7.417
1.01.03	Contas a Receber	11.816	9.230	6.387
1.01.03.01	Clientes	11.816	9.230	6.387
1.01.06	Tributos a Recuperar	181	967	808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	181	967	808
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.035	2.001	788
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.035	2.001	788
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.754	881	216
1.01.08.03	Outros	1.754	881	216
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.730	881	188
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	24	0	28
1.02	Ativo Não Circulante	657.394	650.438	639.304
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.153	30.068	24.583
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	30.153	30.068	24.583
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	1.102	1.058	1.015
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	29.051	29.010	23.568
1.02.03	Imobilizado	10.487	6.912	7.607
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.487	6.912	7.607
1.02.04	Intangível	616.754	613.458	607.114
1.02.04.01	Intangíveis	616.754	613.458	607.114

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	713.677	799.314	769.016
2.01	Passivo Circulante	50.042	48.958	51.304
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.465	2.650	2.628
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.465	2.650	2.628
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.465	2.650	2.628
2.01.02	Fornecedores	7.512	5.590	6.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.512	5.590	6.880
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	7.512	5.590	6.880
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.203	3.221	1.573
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.203	3.221	1.573
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48	1.205	0
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.155	2.016	1.573
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.105	23.891	21.944
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.928	15.374	13.992
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.928	15.374	13.992
2.01.04.02	Debêntures	9.312	8.224	7.778
2.01.04.02.01	Debêntures	9.312	8.224	7.778
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.865	293	174
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	2.865	293	174
2.01.05	Outras Obrigações	3.890	10.454	11.521
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	754	1.890	7.722
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	754	1.878	7.722
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	12	0
2.01.05.02	Outros	3.136	8.564	3.799
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	370	355	317
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.292	650	13
2.01.05.02.10	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	1.474	7.559	3.469
2.01.06	Provisões	3.867	3.152	6.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.06.02	Outras Provisões	3.867	3.152	6.758
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	3.397	2.870	6.062
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	470	282	696
2.02	Passivo Não Circulante	502.902	510.187	503.739
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	478.863	482.778	476.208
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	208.931	222.760	225.918
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	208.931	222.760	225.918
2.02.01.02	Debêntures	265.146	259.282	249.930
2.02.01.02.01	Debêntures	265.146	259.282	249.930
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.786	736	360
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	4.786	736	360
2.02.02	Outras Obrigações	8.409	8.102	6.880
2.02.02.02	Outros	8.409	8.102	6.880
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	8.409	8.102	6.880
2.02.03	Tributos Diferidos	7.959	6.345	1.836
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.959	6.345	1.836
2.02.04	Provisões	7.671	12.962	18.815
2.02.04.02	Outras Provisões	7.671	12.962	18.815
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	6.195	11.475	17.676
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	1.414	1.458	1.086
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	62	29	53
2.03	Patrimônio Líquido	160.733	240.169	213.973
2.03.01	Capital Social Realizado	147.368	147.368	147.368
2.03.01.01	Subscrito	147.368	147.368	147.368
2.03.02	Reservas de Capital	146	146	146
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	146	146	146
2.03.04	Reservas de Lucros	13.219	92.655	66.459
2.03.04.01	Reserva Legal	12.511	11.002	9.284

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	708	0	0
2.03.04.10	Orçamento de Capital	0	81.653	57.175

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	189.578	175.211	162.081
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.607	-77.704	-83.115
3.03	Resultado Bruto	95.971	97.507	78.966
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.366	-13.866	-15.313
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.366	-14.051	-15.312
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	185	-1
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	0	185	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	80.605	83.641	63.653
3.06	Resultado Financeiro	-39.377	-33.840	-41.284
3.06.01	Receitas Financeiras	14.165	18.700	6.049
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.542	-52.540	-47.333
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.228	49.801	22.369
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.042	-15.446	-7.763
3.08.01	Corrente	-9.428	-10.937	-11
3.08.02	Diferido	-1.614	-4.509	-7.752
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.186	34.355	14.606
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.186	34.355	14.606
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,20483	0,23312	0,09911

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	30.186	34.355	14.606
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.186	34.355	14.606

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	101.709	84.863	82.777
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	129.195	115.894	88.511
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	30.186	34.355	14.606
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	28.944	19.702	18.301
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	16	19	153
6.01.01.05	Capitalização de juros	-713	-4.764	-14.895
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	51.438	53.222	57.923
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	172	14	37
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção e construção de obras	7.092	-1.608	2.107
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	273	45	-39
6.01.01.10	Obrigações com Poder Concedente	5.786	4.070	3.700
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-45	-43	-10
6.01.01.12	Tributos diferidos	1.614	4.509	7.752
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	9.428	10.937	11
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-4.996	-4.564	-1.135
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.486	-31.031	-5.734
6.01.02.01	Clientes	-2.859	-2.888	-1.641
6.01.02.02	Tributos a recuperar	786	-159	641
6.01.02.03	Despesas antecipadas	966	-1.213	80
6.01.02.04	Depósitos judiciais	1	0	1
6.01.02.05	Outros créditos	-849	-382	-51
6.01.02.06	Fornecedores	1.922	-1.290	980
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	815	22	122
6.01.02.08	Partes relacionadas	-1.160	-5.804	7.033
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	139	443	98
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis	-139	-38	-17
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-11.701	-7.817	-10.491
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-5.771	-4.032	-3.680

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.13	Outras contas a pagar	949	1.859	1.202
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.585	-9.732	-11
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.913	-20.325	-51.345
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-6.223	-1.342	-2.558
6.02.02	Aquisição de intangível	-19.825	-18.815	-39.061
6.02.03	Aplicações financeiras	-1.575	1.284	-3.459
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	5.710	-1.452	-6.267
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-174.916	-49.544	-12.309
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pagos	-115.707	-4.069	-659
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-24.646	-19.298	-12.836
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-34.563	-35.509	-30.670
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	0	9.332	31.856
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-95.120	14.994	19.123
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	122.682	107.688	88.565
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.562	122.682	107.688

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	147.368	146	92.655	0	0	240.169
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	147.368	146	92.655	0	0	240.169
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-81.653	-27.969	0	-109.622
5.04.06	Dividendos	0	0	-81.653	-19.042	0	-100.695
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.927	0	-8.927
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.186	0	30.186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.186	0	30.186
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.217	-2.217	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.217	-2.217	0	0
5.07	Saldos Finais	147.368	146	13.219	0	0	160.733

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	147.368	146	66.459	0	0	213.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	147.368	146	66.459	0	0	213.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-8.159	0	-8.159
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-4.159	0	-4.159
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.000	0	-4.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.355	0	34.355
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.355	0	34.355
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.196	-26.196	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.196	-26.196	0	0
5.07	Saldos Finais	147.368	146	92.655	0	0	240.169

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	147.368	146	55.322	0	0	202.836
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	147.368	146	55.322	0	0	202.836
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.469	0	-3.469
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.469	0	-3.469
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.606	0	14.606
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.606	0	14.606
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.137	-11.137	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.137	-11.137	0	0
5.07	Saldos Finais	147.368	146	66.459	0	0	213.973

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	205.646	189.351	174.273
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	175.425	155.385	132.358
7.01.02	Outras Receitas	9.840	8.345	8.461
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	20.381	25.621	33.454
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.788	-54.787	-64.117
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-50.491	-45.751	-53.679
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.234	-9.001	-10.420
7.02.04	Outros	-63	-35	-18
7.03	Valor Adicionado Bruto	145.858	134.564	110.156
7.04	Retenções	-28.944	-19.702	-18.302
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.944	-19.702	-18.301
7.04.02	Outras	0	0	-1
7.04.02.02	Outras receitas (despesas), líquidas	0	0	-1
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	116.914	114.862	91.854
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.165	18.885	6.049
7.06.02	Receitas Financeiras	14.165	18.700	6.049
7.06.03	Outros	0	185	0
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	0	185	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	131.079	133.747	97.903
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	131.079	133.747	97.903
7.08.01	Pessoal	19.835	16.967	15.695
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.091	11.817	11.064
7.08.01.02	Benefícios	4.953	4.383	3.992
7.08.01.03	F.G.T.S.	791	767	639
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.047	29.551	19.937
7.08.02.01	Federais	17.804	21.422	12.903
7.08.02.03	Municipais	9.243	8.129	7.034
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.011	52.874	47.665

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.01	Juros	34.083	29.902	16.453
7.08.03.02	Aluguéis	469	334	332
7.08.03.03	Outras	19.459	22.638	30.880
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.186	34.355	14.606
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.927	4.000	0
7.08.04.02	Dividendos	19.042	4.159	3.469
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.217	26.196	11.137

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2023

Introdução

A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Companhia

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (“Ecoponte” ou “Companhia”), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015.

Destaques operacionais e financeiros

O volume de tráfego atingiu 28.865 mil veículos equivalentes pagantes em 2023 (+0,8%).

A receita líquida atingiu R\$189,6 milhões em 2023 (+8,2%). A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$169,2 milhões em 2022 (+13,1%).

O EBITDA ajustado² totalizou R\$115,1 milhões em 2023 (+15,7%) e a margem EBITDA ajustada², 68,0%.

Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego ¹	28.865	28.629	0,8%
Tarifa Média	6,07	5,42	12,0%
Receita líquida	189,6	175,2	8,2%
EBITDA Ajustado ²	115,1	99,4	15,7%
Margem EBITDA Ajustada ²	68,0%	66,5%	1,5 p.p.
Capex	38,5	32,7	17,5%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volume de tráfego

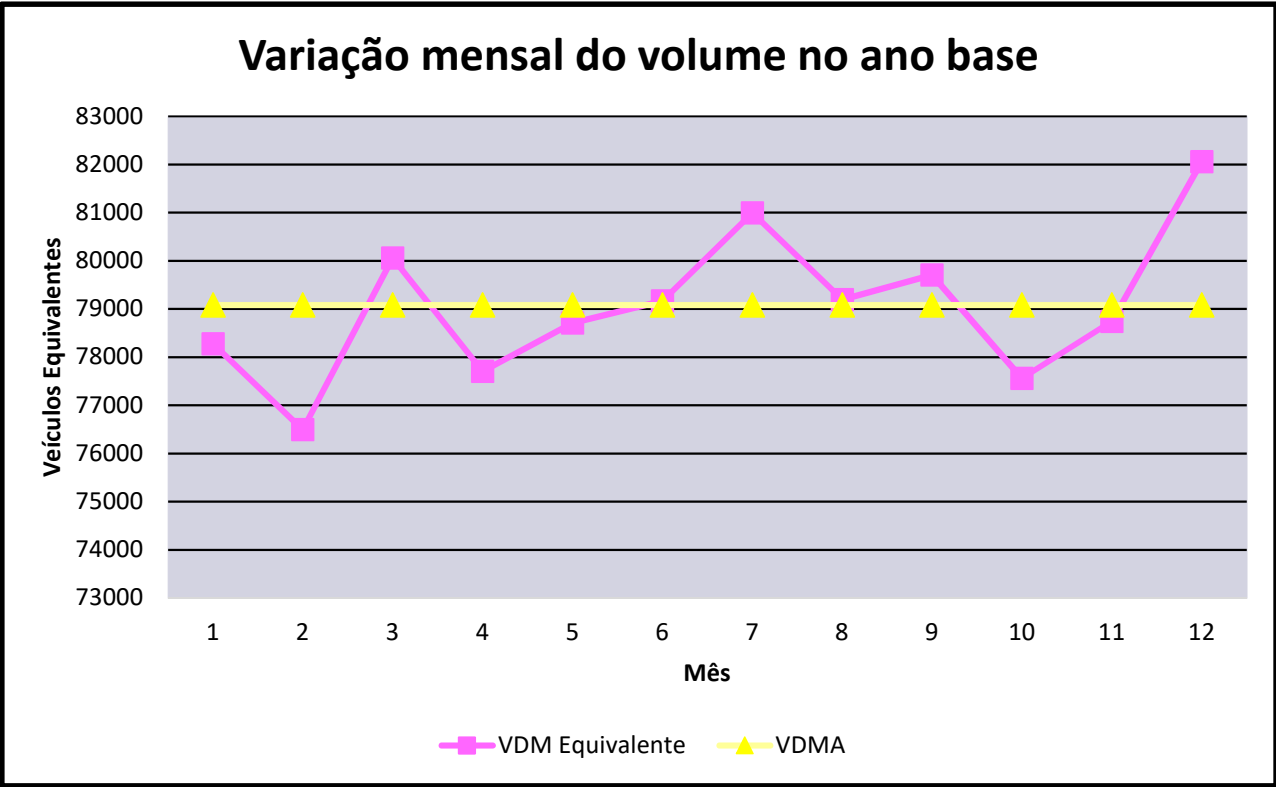
O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 28.865 mil em 2023, aumento de 0,8% em relação aos 28.629 mil de 2022. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 1,0% e o tráfego de veículos pesados apresentou redução de 0,1%.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	24.503	24.264	1,0%
Pesados	4.362	4.365	-0,1%
Total	28.865	28.629	0,8%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2023, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



Tarifa e tarifa média

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou crescimento de 12,0% em 2023.

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
Ecoponte	6,07	5,42	12,0%

Em agosto de 2023, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecoponte com aumento de 4,15% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores D, C e Q. O Fator C considerou o saldo restante (80% do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

montante total) do reequilíbrio decorrente dos impactos causados pela pandemia por Covid-19 entre março e dezembro de 2020 (+9,67%).

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2023:

Praça de Pedágio	Cobrança	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)											
		Categoria de veículo											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial
1	R\$	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10	43,40	49,60	55,80

Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$205,6 milhões em 2023, aumento de 8,6% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e ao reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$16,1 milhões, aumento de 13,6% em relação a 2022.

Receitas de Pedágio: R\$175,4 milhões em 2023, aumento de 12,9%, devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio.

Receitas Acessórias: R\$9,8 milhões em 2023, aumento de 17,9%, em função dos contratos do uso da faixa de domínio.

Receita de Construção: R\$20,4 milhões em 2023, redução de 20,5%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	175,4	155,4	12,9%
Receitas Acessórias	9,8	8,3	17,9%
Receita de Construção	20,4	25,6	-20,5%
Total	205,6	189,4	8,6%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.063,7 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	175,4	155,4	911,4
Receitas Acessórias	9,8	8,3	62,3
Receita de Construção	20,4	25,6	695,0
Total	205,6	189,4	1.668,7

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$109,0 milhões em 2023, aumento de 18,8% em relação a 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$54,1 milhões, aumento de 7,5%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	19,8	17,0	16,9%
Conservação e manutenção	6,5	6,2	5,7%
Serviços de terceiros	13,9	15,5	-10,4%
Seguros, Poder Concedente e locações	8,4	6,3	33,1%
Outros	5,5	5,4	2,0%
Custos caixa	54,1	50,3	7,5%
Depreciação e amortização	28,9	19,7	46,9%
Provisão para manutenção	5,5	(3,9)	n.m.
Custo de construção de obras	20,4	25,6	-20,5%
TOTAL	109,0	91,8	18,8%

Pessoal: R\$19,8 milhões em 2023, aumento de 16,9%, devido, principalmente, ao reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho.

Conservação e Manutenção: R\$6,5 milhões em 2023, aumento de 5,7%, principalmente em função dos custos com conservação de revestimento vegetal.

Serviços de terceiros: R\$13,9 milhões em 2023, redução de 10,4%, devido, a contabilização dos novos contratos de serviços de ambulâncias, conforme as normas do CPC 06 / IFRS-16.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$8,4 milhões em 2023, aumento de 33,1%, devido, principalmente, ao incremento do RDT – Recursos para Desenvolvimento Tecnológico do poder concedente (projeto de P&D de sistema *multi-lane free flow*).

Outros: R\$5,5 milhões em 2023, estável em relação ao ano anterior.

Depreciação e Amortização: R\$28,9 milhões em 2023, aumento de 46,9% devido a maior base de ativos e adequação da curva de tráfego.

Provisão para manutenção: R\$5,5 milhões em 2023, aumento de R\$9,4 milhões devido à adequação do cronograma para ciclos futuros de manutenção.

Custo de construção: R\$20,4 milhões em 2023, redução de 20,5%, devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.366,6 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	109,0	91,8	1.165,8

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA**

Em 2023, o EBITDA¹ totalizou R\$109,5 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$115,1 milhões, aumento de 15,7% em relação a 2022, e margem EBITDA Ajustada² de 68,0%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido	30,2	34,4	-12,1%
Depreciação e amortização	28,9	19,7	46,9%
Resultado Financeiro	39,4	33,8	16,4%
Imposto de renda e contribuição social	11,0	15,4	-28,5%
Receita de Construção	20,4	25,6	-20,5%
Custo de Construção	(20,4)	(25,6)	-20,5%
EBITDA ¹	109,5	103,3	6,0%
Provisão para manutenção ²	5,5	(3,9)	n.m.
EBITDA Ajustado ³	115,1	99,4	15,7%
Margem EBITDA Ajustada ³	68,0%	66,5%	1,5 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$39,4 milhões, o que representa um aumento de R\$5,5 milhões em relação aos R\$33,8 milhões negativos em 2022. Essa variação ocorreu devido, principalmente, a redução das receitas de aplicações financeiras e dos juros capitalizados.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Juros sobre debêntures	(12,5)	(12,3)	1,4%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21,4)	(22,3)	-3,7%
Variação monetária sobre debêntures	(13,0)	(15,4)	-16,0%
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(2,3)	(1,8)	30,4%
Amortização de custos sobre debêntures	(1,4)	(1,4)	0,1%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,6)	(2,3)	-31,8%
Juros Capitalizados	0,7	4,8	-85,0%
Receitas de aplicações financeiras	14,0	18,5	-24,3%
Outros efeitos financeiros	(2,0)	(1,7)	16,0%
TOTAL	(39,4)	(33,8)	16,4%

Lucro líquido

Em 2023, a Ecoponte apresentou lucro líquido de R\$30,2 milhões, redução de R\$4,2 milhões em relação a 2022.

Disponibilidade Financeira e Endividamento

A Ecoponte encerrou dezembro de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo no montante de R\$70,5 milhões e dívida bruta, composta por financiamentos do BNDES e debêntures, no valor de R\$500,3 milhões, sendo 94,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,4 milhão e o saldo com passivo de arrendamento era de R\$7,7 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A dívida líquida encerrou o ano em R\$429,8 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 3,7x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 17 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Curto Prazo	26,2	23,6	11,2%
Debêntures	9,3	8,2	13,2%
Empréstimos e financiamentos	16,9	15,4	10,1%
Longo Prazo	474,1	482,0	-1,7%
Debêntures	265,1	259,3	2,3%
Empréstimos e financiamentos	208,9	222,8	-6,2%
Dívida Bruta¹	500,3	505,6	-1,1%
Obrigações com Poder Concedente	0,4	0,4	4,2%
Passivo de Arrendamento	7,7	1,0	n.m.
Endividamento Bruto	508,3	507,0	0,3%
Caixa e equivalentes de caixa + Aplic. Financeiras e Conta Reserva	70,5	164,8	-57,2%
Endividamento Líquido	437,8	342,2	27,9%
Dívida Líquida¹	429,8	340,8	26,1%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$38,5 milhões em 2023.

CAPEX (em milhões de R\$)	2023		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecoponte	26,8	11,7	38,5

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	3,7	0,9	0,8
Máquinas e equipamentos	2,5	0,4	0,1
Contrato de concessão	16,2	9,9	13,4
Intangível em andamento	15,9	21,3	125,3
Software de terceiros	0,1	0,2	0,2
Total	38,5	32,7	139,7

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Intangível	32,2	31,4	836,9
Imobilizado	6,2	1,3	17,8
Total	38,5	32,7	854,7

Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$116,9 milhões, isto é, 56,9% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 3,8 p.p. inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$114,9 milhões e a representatividade de 60,7%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Valor adicionado líquido	116,9	114,9	1,8%
Receita operacional bruta	205,6	189,4	8,6%
Representatividade	56,9%	60,7%	-3,8 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$9,2 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	9,2	8,1	48,1

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram distribuídos R\$115.707 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. Para mais informações vide Nota Explicativa nº 21 das demonstrações financeiras da Companhia.

Planejamento e Gestão empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Em 2023, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão ISO 9001:2015, 5S e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2023, a Companhia investiu R\$72,8 mil (R\$72,7 mil em 2022) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

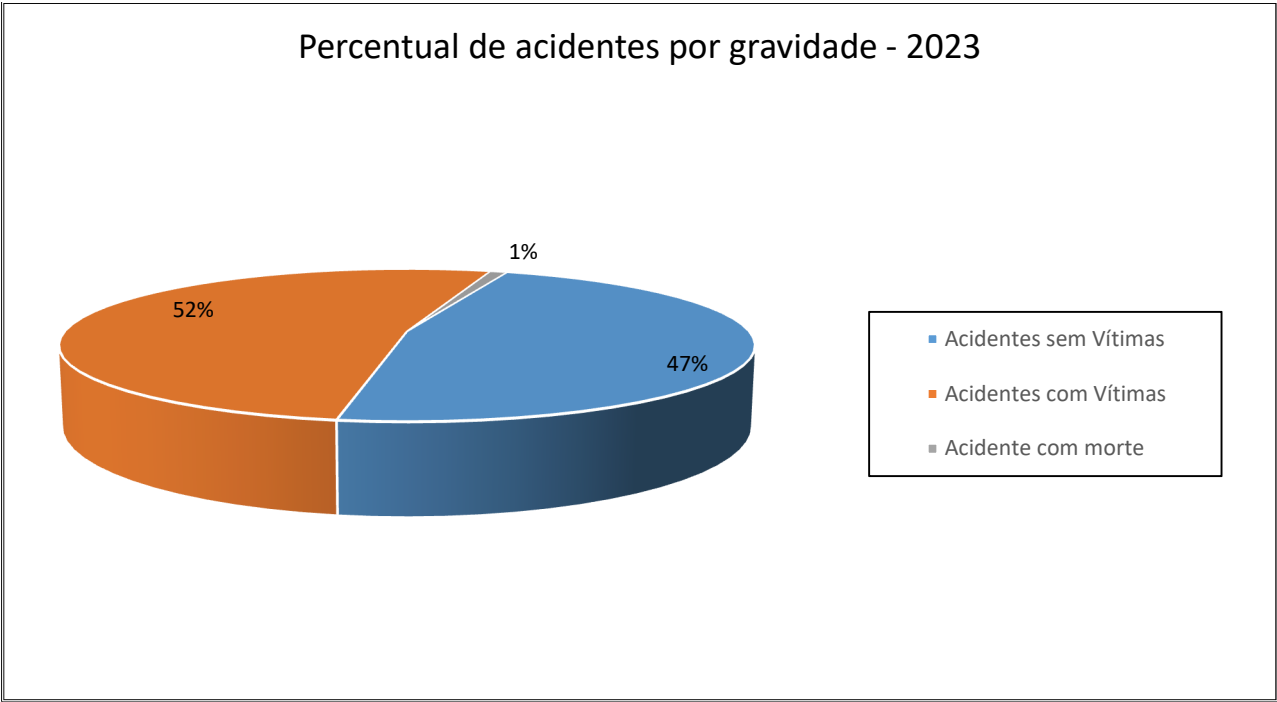
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
Gerente de tráfego	1	0,13
Analista de tráfego	1	0,13
Líder de Operações Rodoviárias	4	0,51
Operador de tráfego	9	1,15
Auxiliar de CCO	4	0,51
Assistente operacional	1	0,13
Guincho leve	40	5,10
Guincho pesado	14	1,78
Médico	12	1,53
Resgatista	54	6,88
Enfermeiro	8	1,02
Total de Pessoal - Operacional	148	18,9
Coordenador de pedágio	1	0,1
Controlador de pedágio	4	0,5
Supervisor de pedágio	1	0,1
Analista de pedágio	3	0,3
Arrecadador	105	13,4
Assistente de pedágio	5	0,9
Total de Pessoal - Pedágio	119	15,3
Total de Pessoal - Concessionária	267	34,17

Indicadores Operacionais

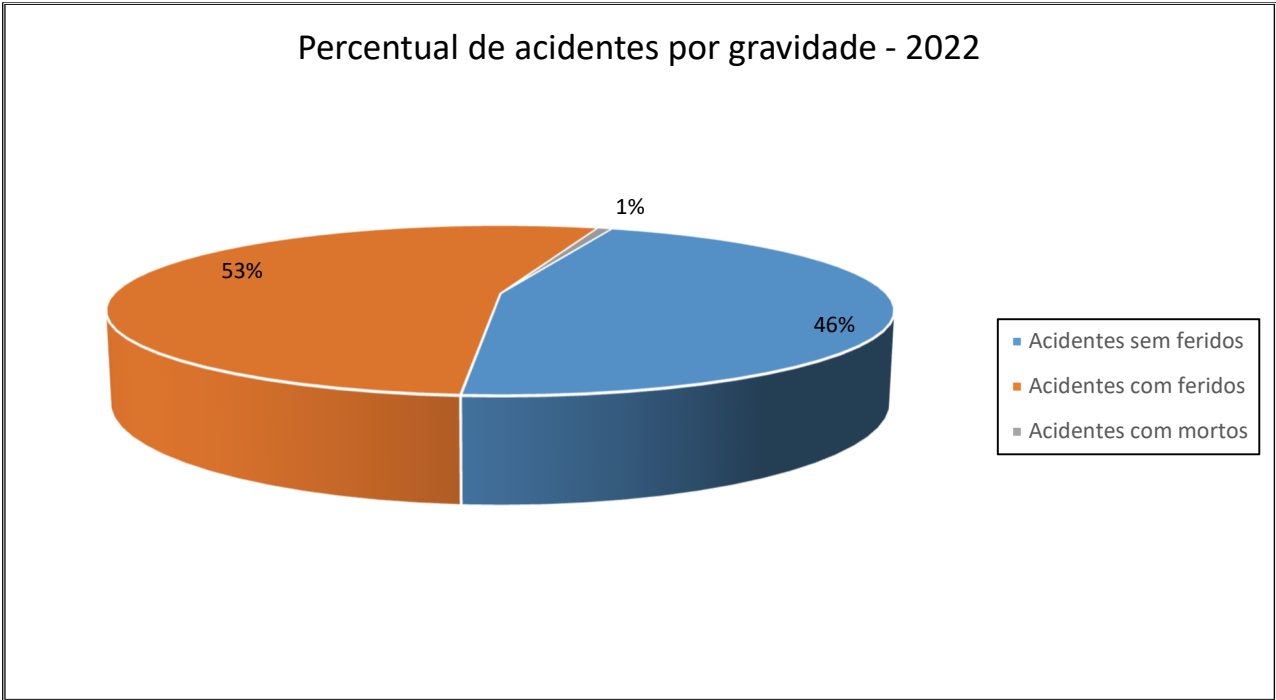
Segurança no Trânsito

Acidentes

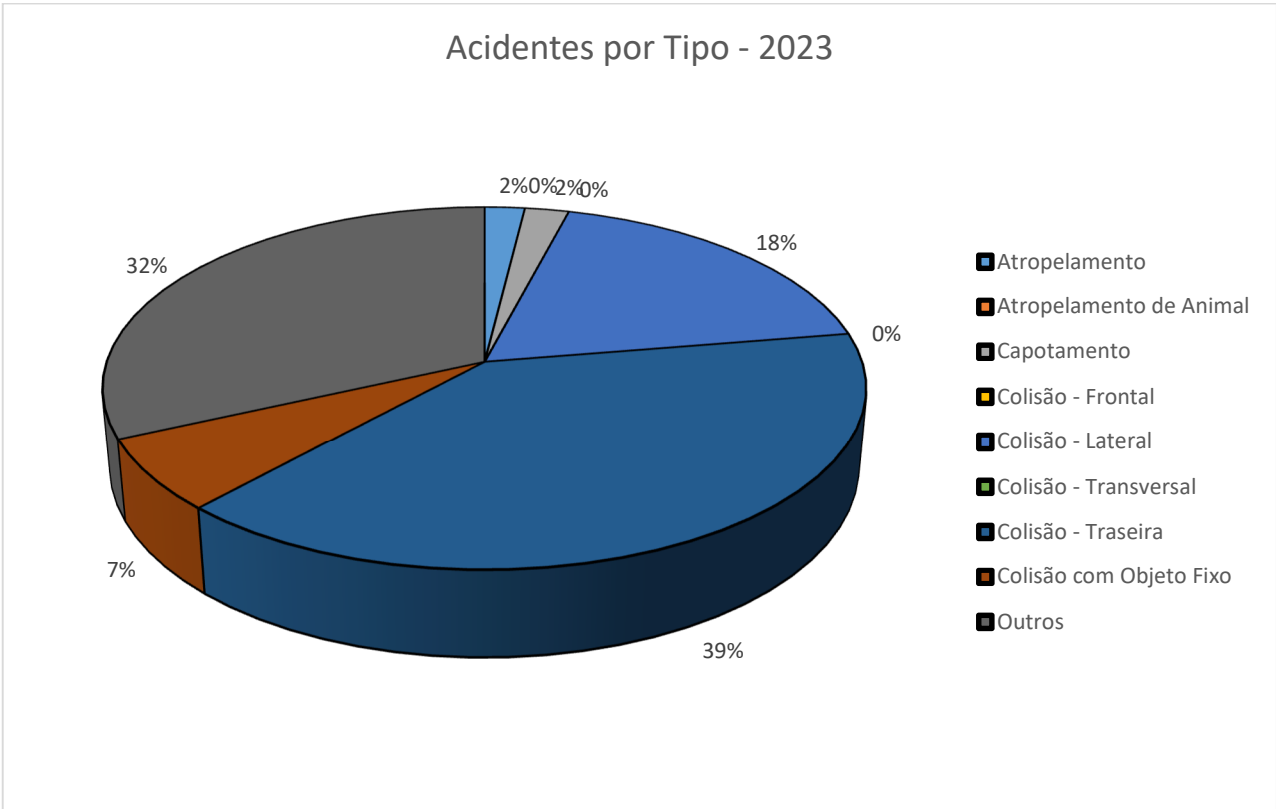
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



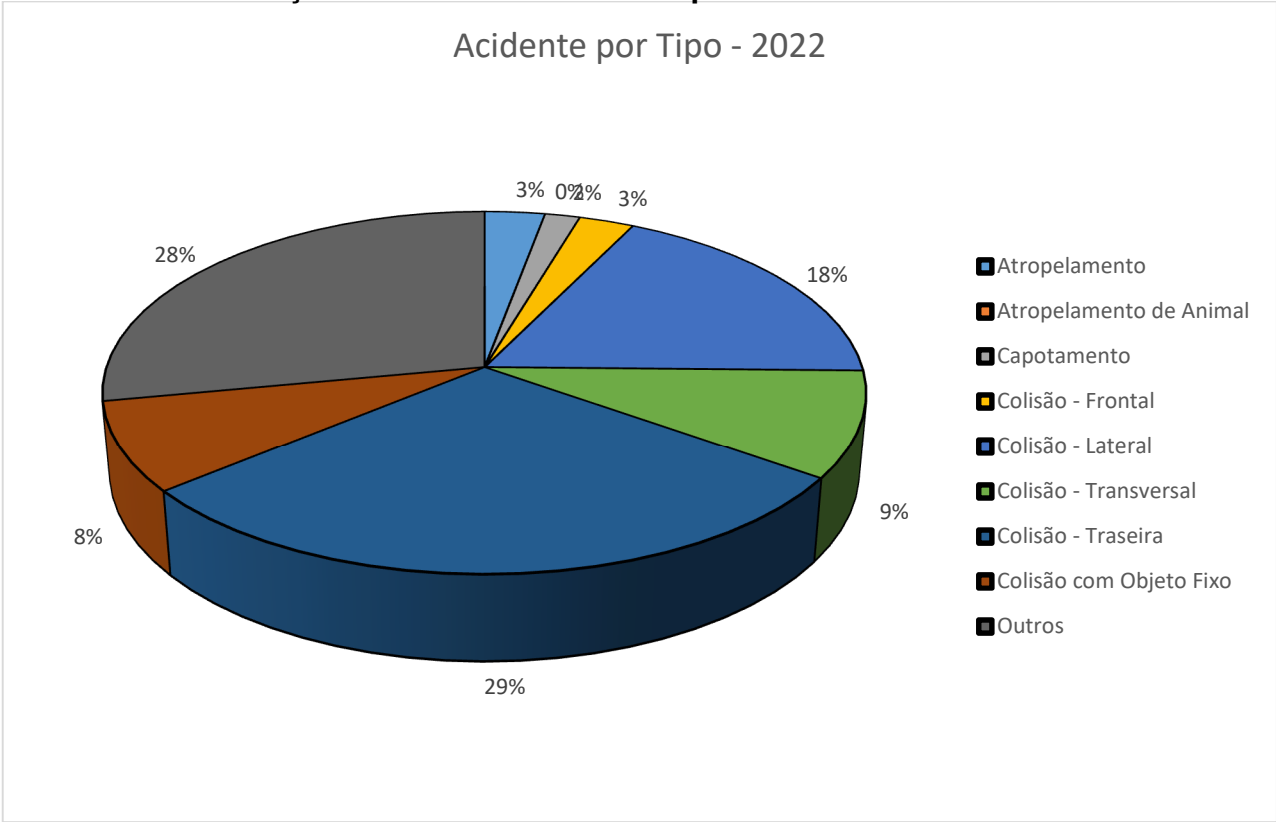
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no ano de 2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	4	30,3
Guincho leve	10	75,8
Guincho pesado	1	7,6
Guincho super pesado	4	30,3
Ambulância simples - UTI	2	15,2
Ambulância Resgate	3	22,7
Caminhão	5	37,9
Total de veículos operacionais	29	219,7
Administração	1	7,6
Segurança do trabalho	1	7,6
Manutenção	2	15,2
Total de veículos de apoio	4	30,3
Total de veículos aplicados na concessão	33	250,0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	13,2 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 25.917.440
	+2 eixos: 1.373.677
	+3 eixos: 409.588
Tarifa	Cat 1: R\$ 6,20
	Cat 2: R\$ 12,40
	Cat 3: R\$ 9,30
	Cat 4: R\$ 18,60
	Cat 5: R\$ 12,40
	Cat 6: R\$ 24,80
	Cat 7: R\$ 31,00
	Cat 8: R\$ 37,20
	Cat 9: R\$ 3,10
	Cat 10: R\$ 43,40
	Cat 11: R\$ 49,60
	Cat Especial: R\$ 55,80
Número de praças de pedágio	1 (um)
Número de quilômetros mantidos	13,2 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	Cat 1: 63.868
	Cat 2: 7.342
	Cat 3: 271
	Cat 4: 1.518
	Cat 5: 52
	Cat 6: 1.055
	Cat 7: 599
	Cat 8: 1.095
	Cat 9: 2.939
	Cat 10: 188
	Cat 11: 07
	Cat Especial: 146
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	79.080
Equipes utilizadas pela concessionária	Veículos, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	Altura da mancha de areia
	Resistência à derrapagem
	Deflexão Característica
	Irregularidade Longitudinal
	Índice de Condição do Pavimento
	Índice de Gravidade Global
Receita de pedágio em 2023	R\$ 175,4 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2023	R\$ 88,6 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	268 funcionários
Despesas com pessoal em 2023	R\$ 19,8 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2023	R\$ 28,9 milhões
Ativo líquido	R\$ 70,5 milhões
Ativo bruto	R\$ 713,7 milhões
Série histórica de investimentos até 2023	R\$ 925,9 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2023	9,88%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2023	R\$ 15,4 milhões
Despesas com manutenção em 2023	R\$ 6,5 milhões
Outras despesas	R\$ 5,5 milhões
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 247
	Com feridos: 272
	Com mortos: 5
Indicadores	
Tarifa média	R\$ 6,07
Custo por veículo ou km	R\$ 3,07

Balanco Social

1 - Base de cálculo	2023 Valor em R\$ mil			2022 Valor em R\$ mil		
Faturamento Bruto	205.647			189.351		
Receita líquida (RL)	189.578			175.211		
Resultado Operacional (RO)	80.605			83.641		
Folha de Pagamento bruta (FPB)	19.835			16.967		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	19.835			16.967		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0			0		

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.989	12%	1%	1.934	11%	1%
Encargos sociais	3.264	19%	2%	3.077	18%	2%
Previdência privada	256	2%	0%	165	1%	0%
Saúde	2.477	15%	1%	2.037	12%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	27	0%	0%	41	0%	0%
Educação	29	0%	0%	46	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	73	0%	0%	73	0%	0%
Creches ou auxílio creche	29	0%	0%	21	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.331	8%	1%	515	3%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	9.475	56%	5%	7.909	47%	5%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
	em R\$ mil	% sobre FPB	RL	em R\$ mil	% sobre FPB	RL
Educação	12	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	11	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	6	0%	0%	57	0%	0%
Outros	24	0%	0%	5	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	53	0%	0%	62	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	53	0%	0%	62	0%	0%

4 - Indicadores ambientais					
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	131	1%	0%	152	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2.807	17%	2%	727	4%
Total de investimentos em meio ambiente	2.938	17%	2%	879	5%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	232	235
Tempo de serviço	8% até seis meses 4% de seis meses a um ano 12% entre um e dois anos 19% entre dois e cinco anos 56% mais de cinco anos	9% até seis meses 2,6% de seis meses a um ano 15,6% entre um e dois anos 19,6% entre dois e cinco anos 53,2% mais de cinco anos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nº de admissões durante o período	34	33
Nº de demissões durante o período	40	32
Nº de colaboradores terceirizados	218	63
Nº de estagiários (as)	1	1
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	1
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	28	35
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	147	152
Nº de colaboradores acima de 45 anos	57	47
Nº de mulheres que trabalham na Conc.	83	83
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	3.310.950	2.644.036
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	122	110
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	8	9
Total de horas extras trabalhadas	20.613	26.655
Total de horas extras pagas	330.681	272.278
Total de INSS pagos	2.488	2.310
Total de FGTS pago	776	767
Total de Contribuição Sindical paga	279	113
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	1.647	5.073
Total de CSLL recolhidos no período	411	2.510
Total de PIS recolhidos no período	94	146
Total de COFINS recolhidos no período	575	898
Total de outros tributos recolhidos no período	9.243	8.129

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	3268%	4258%

Número total de acidentes de trabalho	13	6
---------------------------------------	----	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	(X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores	(X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	99,3% na Concessionária 0% no PROCON 0,7% na Justiça	98,6% na Concessionária 0% no PROCON 1,4% na Justiça
--	--	--

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	20,6% governo 23,0% acionistas 15,1% colaboradores 41,2% terceiros	22,1% governo 25,7% acionistas 12,7% colaboradores 39,5% terceiros

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	6	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	22	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	57	0%	0%	0	0%	0%
Outros	5	0%	0%	42	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	62	0%	0%	70	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	62	0%	0%	70	0%	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	152	1%	0%	187	1%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	727	4%	0%	770	5%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	879	5%	1%	957	6%	1%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%			() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	235			266		
Tempo de serviço	9% até seis meses 2,6% de seis meses a um ano 15,6% entre um e dois anos 19,6% entre dois e cinco anos 53,2% mais de cinco anos			4% até seis meses 14% de seis meses a um ano 7% entre um e dois anos 34% entre dois e cinco anos 42% mais de cinco anos		

Nº de admissões durante o período	33	45
Nº de demissões durante o período	32	35
Nº de colaboradores terceirizados	63	0
Nº de estagiários (as)	1	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	1	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	35	40
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	152	156
Nº de colaboradores acima de 45 anos	47	45
Nº de mulheres que trabalham na Conc.	83	84
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	2.644.036	2.137.230
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	110	38
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	9	6
Total de horas extras trabalhadas	26.655	24.927
Total de horas extras pagas	272.278	236.683
Total de INSS pagos	2.310	2.006
Total de FGTS pago	767	639
Total de Contribuição Sindical paga	113	158
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	5.073	0
Total de CSLL recolhidos no período	2.510	0
Total de PIS recolhidos no período	146	39
Total de COFINS recolhidos no período	898	242
Total de outros tributos recolhidos no período	8.129	7.034

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	99,00%	96,62%
Número total de acidentes de trabalho	6	10
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	(X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	98,6% na Concessionária 0% no PROCON 1,4% na Justiça	98,0% na Concessionária 0% no PROCON 2,0% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	22,1% governo 25,7% acionistas 12,7% colaboradores 39,5% terceiros	20,4% governo 14,9% acionistas 16,0% colaboradores 48,7% terceiros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2022: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Serviços Previamente Acordados para emissão de relatório de apuração do ICSD (“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”), ICSD projetado e da Relação entre o Patrimônio Líquido Ajustado/Passivo Total da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2022. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2023 totalizaram R\$203,7 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$66,0 mil, representando 47,9% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa no exercício de 2023.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Niterói – RJ, 13 de março de 2024.

A Administração

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Ecoponte” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do Contrato de Concessão referente ao Edital de concessão nº 01/2015, da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 18 de maio de 2015, possui prazo final em 31 de maio de 2045. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.a). A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

- a) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês)

Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

- b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A

Notas Explicativas

Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia.

c) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "*GloBE effective tax rate*" ou alíquota efetiva *GloBE*. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Notas Explicativas

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Nota 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Notas Explicativas

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

g) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês).

h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 – *"Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não

Notas Explicativas

circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“*sale and leaseback*”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“*supplier finance arrangements – SFAs*”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

(a) Os termos e condições dos acordos SFAs;

(b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i).

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de

Notas Explicativas

abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

i) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

j) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

k) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

l) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;

Notas Explicativas

- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e).

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Notas Explicativas

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,65% ao ano (8,67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2.545	3.101
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	23.297	119.285
Aplicações automáticas (b)	1.720	296
	<u>27.562</u>	<u>122.682</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (Em 31 de dezembro de 2022 era 103,4%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas fundo - BTG CDB Plus (a)	7.553	6.133
Cotas fundo - FIDC_ECO (b)	155	-
	<u>7.708</u>	<u>6.133</u>

(a) Em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária.

b) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do o Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento	35.278	35.992
	<u>35.278</u>	<u>35.992</u>
Circulante	6.227	6.982
Não circulante	29.051	29.010

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 98,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,7% em 31 de dezembro de 2022) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

Notas Explicativas

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a)	9.999	7.831
Receitas acessórias (b)	2.059	1.472
Outras contas a receber (c)	703	599
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(945)	(672)
	<u>11.816</u>	<u>9.230</u>

- Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas nas modalidades “cartão de débito” e “cartão de crédito”.
- O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	11.576	9.189
Vencidos:		
Até 30 dias	281	86
De 31 a 90 dias	255	-
Acima de 120 dias	649	627
	<u>12.761</u>	<u>9.902</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(672)	(627)
Valores recuperados	45	-
Constituição de PECLD	(318)	(45)
Saldo no fim do exercício	<u>(945)</u>	<u>(672)</u>

Notas Explicativas

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cível	1.091	1.047
Trabalhista	11	11
	<u>1.102</u>	<u>1.058</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota 20 Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	1.058	1.015
Baixas	(1)	-
Atualização monetária	45	43
Saldo no fim do exercício	<u>1.102</u>	<u>1.058</u>

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	11,9	9,9	10,0	21,2	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	9.886	4.009	1.019	2.347	17.261
Adições	3.728	221	11	2.263	6.223
Transferências	-	(43)	-	43	-
Saldos em 31/12/2023	13.614	4.187	1.030	4.653	23.484
DEPRECIAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(6.127)	(2.259)	(550)	(1.413)	(10.349)
Adições	(1.396)	(402)	(102)	(748)	(2.648)
Saldos em 31/12/2023	(7.523)	(2.661)	(652)	(2.161)	(12.997)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	6.091	1.526	378	2.492	10.487
Em 31/12/2022	3.759	1.750	469	934	6.912

Notas Explicativas

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total	
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	
Taxa média ponderada de depreciação - %	12,4	9,9	10,0	17,1	-	
	CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	8.952	3.960	998	2.009	15.919	
Adições	934	49	21	338	1.342	
Saldos em 31/12/2022	9.886	4.009	1.019	2.347	17.261	
	DEPRECIAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	(4.958)	(1.865)	(449)	(1.040)	(8.312)	
Adições	(1.169)	(394)	(101)	(373)	(2.037)	
Saldos em 31/12/2022	(6.127)	(2.259)	(550)	(1.413)	(10.349)	
	RESIDUAL					
Em 31/12/2022	3.759	1.750	469	934	6.912	
Em 31/12/2021	3.994	2.095	549	969	7.607	

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL**Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	6,7	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	663.742	23.680	2.795	1.792	692.009
Adições	4.509	15.890	139	9.070	29.608
Baixas	-	(16)	-	-	(16)
Transferências	27.409	(27.409)	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	695.660	12.145	2.934	10.862	721.601
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(75.419)	-	(2.342)	(790)	(78.551)
Adições	(23.327)	-	(193)	(2.776)	(26.296)
Saldos em 31/12/2023	(98.746)	-	(2.535)	(3.566)	(104.847)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	596.914	12.145	399	7.296	616.754
Em 31/12/2022	588.323	23.680	453	1.002	613.458

Notas Explicativas

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	7,6	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	496.158	168.222	2.598	1.022	668.000
Adições	2.079	21.293	197	770	24.339
Baixas	(312)	(18)	-	-	(330)
Transferências	165.817	(165.817)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	663.742	23.680	2.795	1.792	692.009
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	(58.285)	-	(2.138)	(463)	(60.886)
Adições	(17.134)	-	(204)	(327)	(17.665)
Saldos em 31/12/2022	(75.419)	-	(2.342)	(790)	(78.551)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	588.323	23.680	453	1.002	613.458
Em 31/12/2021	437.873	168.222	460	559	607.114

- a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como melhorias na Alça Linha Vermelha, desapropriação da Alça Linha Vermelha e Av. Portuária e inspeções, reabilitação e recuperação em pavimentos e obras de artes especiais e infraestrutura para praças de pedágios.
- b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 3,36% a.a. (2,59% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
- c) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como obras da construção, melhorias e desapropriações da Alça de ligação Av. Portuária e Linha Vermelha e consultoria de apoio de obras de ampliação de obras de artes especiais.
- d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram capitalizados R\$713 referentes a encargos financeiros (R\$4.764 em 31 de dezembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

e) *Impairment*

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos

Notas Explicativas

nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (14,78% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

Notas Explicativas

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data de balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	31/12/2023
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	15	93	-	108	93
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	9	11	-	20	11
Provisão para manutenção	4.879	2.334	(3.951)	3.262	(1.617)
Juros Capitalizados	(11.249)	(242)	22	(11.469)	(220)
Outros	1	120	(1)	120	119
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (a)	(6.345)	2.316	(3.930)	(7.959)	
Receita/(despesa) de IR e CS diferido					(1.614)

(a) Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R\$7.959 no passivo não circulante (R\$6.345 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022), e registrou débito de R\$1.614 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	(1.269)
2024	(1.591)	(1.269)
2025	(1.591)	(1.269)
2026	(1.593)	(1.269)
2027	(1.592)	(1.269)
2028	(1.592)	-
	<u>(7.959)</u>	<u>(6.345)</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	41.228	49.801
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(14.018)	(16.932)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(189)	(89)
Juros sobre o capital próprio	3.035	1.360
Despesas indedutíveis	(3)	(5)
Incentivos fiscais (PAT)	203	225
Outros	(70)	(5)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(11.042)</u>	<u>(15.446)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.428)	(10.937)
Impostos diferidos	(1.614)	(4.509)
Taxa efetiva	26,8%	31,0%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	1.205	-
Despesa IR/CS DRE	9.428	10.937
Total de IR/CS pagos	<u>(10.585)</u>	<u>(9.732)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>48</u>	<u>1.205</u>

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional:				
Finem BNDES	08/2032	TJLP+3,48% a.a.	51.735	54.880
Finem BNDES	12/2032	TJLP+3,48% a.a.	111.969	118.423
Finem BNDES	06/2034	TJLP+3,48% a.a.	62.155	64.831
			<u>225.859</u>	<u>238.134</u>
Circulante			16.928	15.374
Não circulante			208.931	222.760

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	15.915
2025	17.635	17.458
2026	19.311	19.117
2027	21.184	20.972
2028	23.228	22.996
Posteriores a 2028	127.573	126.302
	<u>208.931</u>	<u>222.760</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	238.134	239.910
Adições	-	9.332
Encargos financeiros (Nota 24)	23.765	24.046
Pagamento principal	(14.849)	(13.273)
Pagamento de juros	(21.191)	(21.881)
Saldo no fim do exercício	<u>225.859</u>	<u>238.134</u>
Circulante	16.928	15.374
Não Circulante	208.931	222.760

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total $\geq$ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq$ 1,30 Até o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices. Interveniente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,00	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.

Notas Explicativas

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os índices financeiros (“covenants”) do referido contrato.

	Exigido	Medido
Índices financeiros Ecoponte		
Patrimônio líquido Ajustado/passivo total	$\geq 20\%$	24%
ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	$\geq 1,30$	1,93
Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	$\leq 4,00$	3,47

A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2023	31/12/2022
1ª Emissão	10/2034	IPCA + 4,4% a.a.	274.458	267.506
			<u>274.458</u>	<u>267.506</u>
Circulante			9.312	8.224
Não circulante			265.146	259.282

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	267.506	257.708
Pagamento de juros	(12.529)	(13.563)
Pagamento de principal	(7.349)	(5.750)
Encargos financeiros (Nota 24)	26.830	29.111
Saldo no fim do exercício	<u>274.458</u>	<u>267.506</u>
Circulante	9.312	8.224
Não circulante	265.146	259.282

Em 19 de novembro de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$230.000, que são atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 4,4% a.a., pagos anualmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento ocorreu em 15 de outubro de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2034.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	-	-	-	7.791	(1.295)	6.496
2025	9.634	(1.266)	8.368	9.208	(1.260)	7.948
2026	11.117	(1.221)	9.896	10.625	(1.218)	9.407
2027	17.048	(1.166)	15.882	16.291	(1.165)	15.126
2028	19.296	(1.082)	18.214	18.416	(1.083)	17.333
a partir de 2028	216.599	(3.813)	212.786	206.829	(3.857)	202.972
	273.694	(8.548)	265.146	269.160	(9.878)	259.282

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
1ª emissão	Patrimônio líquido Ajustado/Passivo total	≥ 20%	24%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,30x	1,93

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de “cross default” que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série única	19/11/2019	230.000	(15.246)	214.754	IPCA+4,4% a.a.	10,05%
		230.000	(15.246)	214.754		

Notas Explicativas**15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	7.651	1.029
Circulante	2.865	293
Não circulante	4.786	736

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo do início do exercício	1.029	534
Adições	9.070	770
Encargos financeiros (Nota 24)	843	65
Pagamento principal	(2.448)	(275)
Pagamento de juros	(843)	(65)
Saldo no fim do exercício	7.651	1.029

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano	8,91
2 anos	8,91
3 anos	8,95
4 anos	8,95
5 anos	8,95
6 anos em diante	8,95

Vencimento das prestações	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	3.397	398
Entre 1 e 2 anos	3.195	390
Entre 2 e 5 anos	2.123	389
Acima de 5 anos	288	408
Total valores não descontados	9.003	1.585
Total juros embutidos	(1.352)	(556)
	7.651	1.029

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm’s lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2023 os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos							Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	01/01/2023	31/03/2024	8.587	70	-	710	Em até 45 dias	-	4.523	3.554	440	N/A	Devedor
b)	Sinelec S.p.A	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/12/2024	1.237	553	-	-	Em até 45 dias	-	684	-	-	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	27/08/2019	31/10/2027	2.379	606	-	21	Em até 45 dias	-	148	-	-	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	29/08/2019	01/01/2027	2.220	564	24	-	Em até 45 dias	285	-	-	-	N/A	Credor
d)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	-	-	-	-	-	23	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2023							24	754		285	5.355	3.554	440		
Total em 31 de dezembro de 2022							-	1.890		269	4.208	3.450	10.771		

- a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- b) Prestação de serviços referente as atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling (MLFF)*;
- c) Contrato de permissão de uso de faixa de domínio e locação de fibra óptica;
- d) Transferência de funcionários entre unidades.

Notas Explicativas

Remuneração de administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$1.906.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.166, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	1.357	1.052
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	240	(78)
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	127	47
Previdência privada	72	46
FGTS	81	55
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	286	195
	<u>2.166</u>	<u>1.320</u>

17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas:		
Taxa de fiscalização	370	355
	<u>370</u>	<u>355</u>
Circulante	370	355

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$370 (R\$355 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	355	317
Custo (Nota 23)	5.786	4.070
Pagamento do principal	(5.771)	(4.032)
Saldo no final do exercício	370	355

a) Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Data da assinatura: 18 de maio de 2015 (início do prazo da concessão em 01 de junho de 2015, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Objeto da Concessão: Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) – “Ponte Rio-Niterói”, com 28,7km de extensão.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A.

Data de reajuste: 1º de junho de cada ano.

Prazo de vigência: 31 de maio de 2045.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R\$20.381 (R\$25.621 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota 19 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	176.023	177.654
Conservação especial (manutenção)	178.452	186.030
Equipamentos	106.499	104.948
	<u>460.974</u>	<u>468.632</u>

Seguros Contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia – Operações	31/12/2024	Fator	<u>263.846</u>
			<u>263.846</u>

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a., correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Efeito financeiro (intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para construção de obras	96.896	-	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	-	(11.316)
Realização da construção	(95.385)	-	(81)	-	(95.466)
Ajuste a valor presente – realizações	10.274	-	-	70	10.344
Atualização Monetária	1.271	-	-	155	1.426
	<u>1.740</u>	<u>-</u>	<u>(81)</u>	<u>225</u>	<u>1.884</u>
Circulante	282				470
Não circulante	1.458				1.414

	31/12/2021	Efeito financeiro (intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para construção de obras	96.896	-	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	-	(11.316)
Realização da construção	(95.282)	-	(103)	-	(95.385)
Ajuste a valor presente – realizações	10.203	-	-	71	10.274
Atualização Monetária	1.281	(10)	-	-	1.271
	<u>1.782</u>	<u>(10)</u>	<u>(103)</u>	<u>71</u>	<u>1.740</u>
Circulante	696				282
Não circulante	1.086				1.458

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 8,65% ao ano (8,67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para manutenção	62.475	4.714	-	-	67.189
Efeito do valor presente sobre constituição	(16.209)	811	-	-	(15.398)
Realização da manutenção	(44.059)	-	(11.620)	-	(55.679)
Ajuste a valor presente – realizações	12.138	-	-	1.342	13.480
	<u>14.345</u>	<u>5.525</u>	<u>(11.620)</u>	<u>1.342</u>	<u>9.592</u>
Circulante	2.870				3.397
Não circulante	11.475				6.195

	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção	65.352	(2.877)	-	-	62.475
Efeito do valor presente sobre constituição	(15.182)	(1.027)	-	-	(16.209)
Realização da manutenção	(36.345)	-	(7.714)	-	(44.059)
Ajuste a valor presente – realizações	9.913	-	-	2.225	12.138
	<u>23.738</u>	<u>(3.904)</u>	<u>(7.714)</u>	<u>2.225</u>	<u>14.345</u>
Circulante	6.062				2.870
Não circulante	17.676				11.475

20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTASPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	29	-	29
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	153	12	165
(-) Pagamentos	(136)	(3)	(139)
(+) Atualização monetária	5	2	7
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>51</u>	<u>11</u>	<u>62</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	49	4	53
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	15	(3)	12
(-) Pagamentos	(38)	-	(38)
(+) Atualização monetária	3	(1)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>29</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante.

Notas Explicativas

A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$23.146 em 31 de dezembro de 2023 (R\$41.407 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.745 (R\$722 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$634 (R\$584 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$147.368, representados por 147.367.960 ações ordinárias respectivamente, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é de R\$12.511 (R\$11.002 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reserva de lucros – Orçamento de Capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480.

Em 27 de abril de 2023, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no montante de R\$81.653, relativos à reserva de Orçamento de Capital, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 já auditados e aprovados em suas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias. A referida distribuição foi ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de julho de 2023.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$115.707 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R\$4.159 dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022; (ii) R\$3.400 juros sobre o capital próprio remanescentes de 2022; (iii) R\$19.042 dividendos intermediários do exercício de 2023; (iv) R\$7.453 juros sobre o capital próprio do exercício de 2023 (dos R\$8.927 contabilizados); e (v) R\$81.653 descritos na Nota 21.c). O saldo de R\$1.474, registrado na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	30.186	34.355
Constituição da reserva legal	(1.509)	(1.718)
Base de cálculo dos dividendos	28.677	32.637
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(4.159)
Dividendos intermediários pagos	(19.042)	-
Juros sobre capital próprio	(8.927)	(4.000)
Dividendo adicional proposto (a)	(708)	-
Orçamento de Capital	-	(24.478)

(a) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2023.

22. RECEITA LÍQUIDAPolítica contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	43.682	50.114
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	102.818	86.690
Vale-pedágio	28.753	18.456
Outras	173	125
	175.426	155.385
Receita de construção (b)	20.381	25.621
Receitas acessórias (c)	9.840	8.345
Receita bruta	205.647	189.351
Deduções da receita bruta	(16.069)	(14.140)
Receita líquida	189.578	175.211

Notas Explicativas

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	175.426	155.385
Receitas acessórias	9.840	8.345
	<u>185.266</u>	<u>163.730</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(5.558)	(4.912)
PIS (0,65%)	(1.204)	(1.064)
ISS (2% a 5%)	(9.243)	(8.129)
Abatimentos	(64)	(35)
	<u>(16.069)</u>	<u>(14.140)</u>

- (a) Refere-se as receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	19.835	16.967
Conservação e manutenção	6.536	6.186
Serviços de terceiros (a)	13.853	15.469
Seguros	2.098	1.874
Poder concedente (Nota 17)	5.786	4.070
Provisão para manutenção (Nota 19)	5.525	(3.904)
Custo de construção de obras	20.381	25.621
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	28.944	19.702
Locação de imóveis e máquinas	469	334
Outros custos e despesas operacionais	5.546	5.436
	<u>108.973</u>	<u>91.755</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	93.607	77.704
Despesas gerais e administrativas	15.366	14.051
	<u>108.973</u>	<u>91.755</u>

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	14.031	18.538
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9)	45	43
Outras receitas financeiras	89	119
	<u>14.165</u>	<u>18.700</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(12.522)	(12.345)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(21.431)	(22.256)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(12.953)	(15.412)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos (Nota 13)	(2.334)	(1.790)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14)	(1.355)	(1.354)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras (Nota 18 e 19)	(1.567)	(2.296)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20)	(7)	(2)
Juros Capitalizados	713	4.764
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(669)	(1.044)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 15)	(843)	(65)
Outras despesas financeiras	(574)	(740)
	<u>(53.542)</u>	<u>(52.540)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(39.377)</u>	<u>(33.840)</u>

25. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	30.186	34.355
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	147.368	147.368
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,20</u>	<u>0,23</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

Notas Explicativas

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	508.338	507.024
Disponibilidade (b)	(62.840)	(158.674)
Dívida líquida	445.498	348.350
Patrimônio líquido (c)	160.733	240.169
Índice de endividamento líquido	2,77	1,45

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14, 15 e 17.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva – vinculados, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2023, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (102,4% em 31 de dezembro de 2022).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	27.562	27.562
Clientes (b)	11.816	11.816
Aplicações financeiras (a)	42.986	42.986
Passivos:		
Fornecedores (b)	7.512	7.512
Empréstimos e financiamentos (c)	225.859	221.730
Debêntures (c)	274.458	214.411
Passivo de arrendamento (c)	7.651	9.003
Obrigações com poder concedente (c)	370	370

Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock</i> (d)	321	321

- a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- b) Os saldos das rubricas de “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- d) O valor do *Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no

Notas Explicativas

princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações:

- Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente;
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e
- Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros.

Notas Explicativas

Afim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$5.700 (R\$4.853 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
BNDES	TJLP + 3,48% a.a.	36.192	36.192	36.192	228.135
Debêntures	IPCA + 4,40% a.a.	21.345	23.574	25.830	453.709
Passivo de arrendamento	Conforme contrato individual	3.397	3.195	2.087	324
		<u>60.934</u>	<u>62.961</u>	<u>64.109</u>	<u>682.168</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, TJLP e do IPC-A, principais indicadores das aplicações financeiras, debêntures e empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	2.334	2.918	3.501
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do TJLP	(19.873)	(24.842)	(29.810)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(15.353)	(15.627)	(15.903)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(32.892)</u>	<u>(37.551)</u>	<u>(42.212)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
TJLP (b)	4,15%	5,18%	6,22%
IPCA (c)	6,10%	7,63%	9,15%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Dezembro/2023.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso – CPC 06 (R2)	9.070	770

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Notas 3(f) e 22)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 609.059 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Niterói – RJ, 13 de março de 2024.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Júlio Cezar Moreira de Amorim
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Niterói – RJ, 13 de março de 2024.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Júlio Cezar Moreira de Amorim
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores